

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.105 - SP (2019/0010178-3)

AGRAVANTE : MDX TELECOM LTDA
ADVOGADOS : PAULO ROSENTHAL E OUTRO(S) - SP188567
VICTOR SARFATIS METTA - SP224384
LUCAS PEREIRA SANTOS PARREIRA - SP342809
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CARLOS ALBERTO BITTAR FILHO E OUTRO(S) -
SP118936

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela MDX Telecom Ltda, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. Pretensão da Agravante de acolhimento da exceção de pré-executividade em razão do pagamento. Questão que depende de prova. Teoria da exceção de pré-executividade que não pode ser banalizada. Matéria restrita àquelas de ordem pública, desde que prescindam de dilação probatória. Decisão mantida. Recurso não provido.

No recurso especial, a recorrente aponta violação do art. 282 do CPC/1973, aduzindo, em resumo, que o Tribunal de origem deveria ter reconhecido a iliquidez e incerteza do título executivo, considerando a ausência dos autos do procedimento administrativo.

Indica, ainda, a ofensa aos arts. 135 do CTN e 267, VI, do CPC/1973, sustentando, em síntese, a ilegitimidade passiva, considerando que o Tribunal de origem deveria ter reconhecido que não pode o débito ser cobrado de empresa comercial, estranha à relação jurídica que se formou entre seu fornecedor e o respectivo ente tributante, em razão de benefícios que poderiam ter sido outorgados unilateralmente.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base nos Enunciados Sumulares 282/STF e 356/STF.

No presente agravo, a recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante, além de atender aos demais

pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Sobre a alegada violação dos dispositivos apontados no recurso especial, verifica-se que, no acórdão recorrido, não foi analisado o conteúdo deles, nem foram opostos embargos de declaração para tal fim, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF, *in verbis*:

Súmula 282: É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356. O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Ainda que fosse superado tais óbices, verifica-se que, *ad argumentandum tantum*, o pleito recursal também não comportaria seguimento.

Verifica-se que a irresignação da recorrente acerca da nulidade da CDA que lastreia a execução vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu que "não ficou esclarecida a alegada nulidade da CDA. Afirma a agravante somente que as supostas infrações ocorrem em decorrência da chamada guerra fiscal, travada entre os Estados da Federação. Necessária, portanto, a dilação probatória para se infirmar a higidez da certidão de dívida ativa, já que ela goza de presunção de certeza, liquidez e exigibilidade, o que não se coaduna com a estreita via da exceção de pré- executividade." (fls. 56/57).

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator